

*Patrimônio e cidade: uma análise sobre
os centros históricos brasileiros
em tempos de reestruturação urbana*

*Heritage and city: an analysis of brazilian
historic centers in urban restructuring era*

Júlia Erminia Riscado*

Resumo: Este artigo apresenta uma sistematização de medidas implementadas para os centros históricos brasileiros, desde a década de 1960. O recorte adotado marca um momento de redirecionamento das ações de preservação do patrimônio para a contenção dos impactos gerados pela modernização e expansão urbana. A emergência de novas linguagens e de espaços alternativos tornam-se um desafio a mais para as ações de defesa e de valorização dos legados físicos do passado. Por fim, tais iniciativas estão relacionadas com as transformações ocorridas no gerenciamento de políticas urbanas na gestão pública. Espera-se, com isso, refletir sobre os caminhos e as possibilidades de atuação nos centros históricos, de modo a contribuir para a democratização do patrimônio cultural e do espaço urbano no Brasil.

Palavras-chave: Cidades. Centros históricos. Desenvolvimento urbano.

Abstract: This article presents a systematization of measures adopted in Brazilian historical centers since the 1960s. The cut adopted marks a moment of redirection in the patrimony preservation actions to contain the impacts generated by the modernization and urban expansion. The emergence of new languages and alternative spaces become an additional challenge for defending and valuing the physical legacies of the past. Finally, such initiatives will be related to the transformations that have occurred in the management of urban policies in public management. It is hoped, therefore, to reflect on the ways and possibilities of action in historical centers in order to contribute to the democratization of cultural heritage and urban space in Brazil.

Keywords: Cities. Historical centers. Urban development.

* Bacharela e Licenciada em História pela UFF (2009). Mestra em História pela Unirio (2013) e atualmente doutoranda em Ciência Política pela UFF. *E-mail:* julia_riscado@yahoo.com.br

Introdução

Um dos principais desafios nos estudos urbanos reside na compreensão da dinâmica existente nestes espaços, que pode ser de conflito ou de negociação entre os diversos interesses ali presentes. O surgimento progressivo de novas linguagens e de espaços alternativos, nas sociedades contemporâneas, acentua a complexidade dos processos de defesa e valorização dos legados físicos do passado.

Nesse sentido, a refuncionalização do passado torna-se fundamental na compreensão do papel dos centros históricos, no contexto de desenvolvimento urbano recente. (FORTUNA, 1997; PEREIRA, 2002). A promoção do patrimônio nesses espaços, quase sempre vinculada a uma lógica empresarial, converte a marca de tradição do patrimônio em capital de inovação.

A partir da visibilidade seletiva de elementos emblemáticos das zonas urbanas antigas, o turismo passou a ser elemento fundamental na competitividade entre cidades, ao explorar suas vantagens específicas (HARVEY, 2005), estimulando novas atrações de consumo e entretenimento. Essa postura empreendedora, adotada por administrações nacionais e locais, em parceria com agentes privados, tornou-se um modelo de desenvolvimento urbano compartilhado, nas mais diferentes realidades ao redor do mundo. (HARVEY, 2005; PEIXOTO, 2003).

Observa-se uma renovação identitária que retoma a condição de centralidade ao centro histórico, por meio de um discurso que legitima investimentos financeiros e a adoção de instrumentos legais que justifiquem intervenções urbanísticas e políticas no local. De acordo com Carlos Vainer (2009), a ideia de consenso, expressa nos planos estratégicos e projetos formulados pelos governos locais, parte da consciência de crise. Ou seja, da percepção comum entre os principais atores e a maioria dos cidadãos de uma situação urbana a ser superada, como, por exemplo, a degradação dos centros históricos e a congestão do centro moderno.

Ao serem retirados de uma situação de deterioração arquitetônica, econômica e social, os centros históricos recebem pela atividade turística, o principal meio de garantir sua sustentabilidade. Em uma perspectiva crítica, entretanto, o turismo passa a ser considerado um setor que homogeneiza os centros históricos, contaminando negativamente sua cultura, economia e arquitetura. (CARRIÓN, 2005; CHOAY, 2006; PEIXOTO, 2003).

Um dos efeitos imediatos deste processo é a estetização das práticas quotidianas dos indivíduos e dos locais que caracterizam o cotidiano dos núcleos urbanos centrais. Quando recebem o *status* de produto ou de imagem a ser consumida, os centros históricos adentram em um ciclo de iniciativas urbanísticas, que prioriza o embelezamento de fachadas e estimula a criação de eventos atrativos, que combinam o tradicional com o festivo.

Os “centros históricos” reabilitados estão, em maior ou menor grau, a converter-se em palcos de sociabilidades espectacularizadas e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. Alegoria esta que se manifesta de forma tripartida. Por um lado, os “centros históricos” são cada vez mais apresentados como a expressão concreta de uma ideia de espaço público que permite que a cidade seja imaginada e transformada a partir do seu passado. Assim, sob forma figurada da imbricação entre consumo e lazer, os “centros históricos” são uma alegoria desse espaço público, supostamente perdido que urge recuperar. (PEIXOTO, 2003, p. 222).

Ao priorizar um estilo de vida a ser vendido para turistas, tais projetos acabariam excluindo os indivíduos que habitam essas localidades. Deixam de exercer sua centralidade simbólica para a cidade, como espaços de encontros e do convívio das diferenças, para se transformarem em espaços cenográficos. (BAPTISTA; PUJADAS, 2000; CHOAY, 2006). Tal dissonância amplia o questionamento sobre as políticas e programas aplicados nos centros históricos.

É certo que a emergência de uma economia, vinculada ao turismo e ao lazer, proporcionou o surgimento e a dinamização de determinadas atividades culturais e econômicas. Todavia, percebe-se em grande parte dos projetos de revitalização e de desenvolvimento turístico, a pouca ou a total ausência de identificação coletiva da população local com os centros históricos.

Com base nas considerações apresentadas, o presente artigo pretende traçar um breve histórico de medidas no campo da preservação do patrimônio urbano adotadas pelos governos brasileiros. Por fim, tais iniciativas serão relacionadas com as transformações ocorridas no gerenciamento de políticas urbanas na gestão pública. Espera-se, com isso, refletir sobre os caminhos e as possibilidades de atuação nos centros

históricos, de modo a contribuir para a democratização do patrimônio cultural e do espaço urbano no Brasil.

Desenvolvimento turístico na sustentabilidade de centros históricos

Conciliar desenvolvimento urbano com proteção de sítios históricos passou a ser um dos principais pontos acerca do debate sobre o futuro das cidades. É possível notar que as atividades de preservação passaram a dialogar de maneira mais direta com aspectos como qualidade de vida dos moradores, nas regiões urbanas, e viabilidade econômica dos monumentos. (CURY, 2004). Conseqüentemente, ampliou-se a responsabilidade atribuída aos governos nacionais e locais, em estabelecer medidas e políticas de proteção que valorizassem o patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, trouxessem benefícios econômicos por meio de investimentos da iniciativa privada e do desenvolvimento turístico nas regiões.

Percebe-se ainda a contribuição dos debates internacionais, na elaboração de estratégias adotadas pelas nações, a fim de compatibilizar o desenvolvimento econômico, a preservação do patrimônio e o turismo. No Brasil, essa influência pode ser notada pelos diálogos e acordos de cooperação estabelecidos entre o DPHAN¹ e a Unesco já na década de 1960.

Em 1964, a pedido da Unesco, o então diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico em Bruxelas, Paul Coremans, veio ao Brasil estabelecer as bases de ação para a cooperação entre o país e o organismo. O objetivo da missão era oferecer assistência técnica com ênfase nas áreas do turismo e preservação do patrimônio cultural. (LEAL, 2016).

Dentre os programas desenvolvidos na época, o Turismo Cultural tornou-se representativo para pensar as estratégias adotadas, que buscavam preservar monumentos, bairros históricos e sítios arqueológicos e, ao mesmo tempo, desenvolver o turismo. Além de Coremans, outras iniciativas merecem destaque, como as coordenadas pelo inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, Michel Parent.

Durante a atuação de Michel Parent foram avaliados sítios e bens já protegidos pelo DPHAN em 35 cidades nos anos de 1966 e 1967. (LEAL, 2008). Além disso, seus apontamentos constituíram a base de toda a atuação futura não só do Iphan, mas de todo o governo federal, com relação ao patrimônio. (SANT'ANNA, 2004). Em seu relatório, o inspetor valorizou as

potencialidades e a infraestrutura turísticas de cada localidade analisada, mantendo o planejamento urbanístico sob uma perspectiva ainda centralizada.

Na década seguinte, o turismo passou a ser visto como um mecanismo de incremento econômico, capaz de garantir a entrada de capital externo e novos postos de trabalho para o País. O Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste² (PCH) pode ser considerado pioneiro, na tentativa de aliar recuperação do patrimônio cultural urbano e desenvolvimento turístico. Implementado e coordenado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em 1973, o objetivo principal do PCH era o “desenvolvimento econômico do Nordeste por meio da atividade turística, tendo como principal capital o patrimônio cultural”. (CORREA; FARIA, 2011, p. 25).

Influenciado por orientações internacionais³ e pelos Encontros de Governadores de Brasília, em 1970, e de Salvador, em 1971, o PCH propôs um desenvolvimento econômico e social regional, a partir do aproveitamento do patrimônio cultural urbano pelo turismo. É preciso, contudo, ressaltar o projeto político que vigorava naquele momento. Sob a gestão de Emílio Médici, o PCH foi criado mediante a implementação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), que adotou uma lógica econômica marcadamente centralizadora e tecnocrática. (AZEVEDO, 2016).

As divergências internas sobre a condução da economia, em um cenário internacional cada vez mais delicado e as particularidades político-institucionais nos governos, nas três esferas de poder, contribuíram para a extinção do programa em 1979. Ademais, com a nomeação de Eduardo Portela para o Ministério da Educação e Cultura, a política cultural adotou-se uma perspectiva mais inclusiva sobre a gestão do patrimônio cultural, explorando a participação da sociedade nesse processo. (AZEVEDO, 2016, p. 247).

Reflexos da redemocratização e da descentralização política na gestão de centros históricos

Durante a década de 1980 ocorreram, em alguns países da América Latina, movimentos de reestruturação política, decorrentes do fim dos regimes militares vigentes até aquele momento. Neste período, a participação de organizações e de movimentos sociais tornou-se fundamental, na concepção de um novo modelo de gestão pública. (SOUZA, 2004).

Tal iniciativa estimulou o aperfeiçoamento dos canais de diálogo entre Estado e sociedade civil, refletindo na formulação atual de programas e políticas públicas para diferentes áreas. Com a adoção de um modelo de governança, baseado na participação de diferentes agentes sociais, estes países esperavam amenizar as consequências da instabilidade econômica e política que caracterizavam suas trajetórias recentes.

No Brasil, essa tendência ficou mais evidente com o processo de redemocratização e, posteriormente, com a elaboração da Constituição de 1988, que procurou restaurar a Federação e consolidar a participação democrática de seus cidadãos. No campo da preservação do patrimônio, esta mudança de perspectiva pode ser percebida na ampliação do conceito de patrimônio estabelecido no Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, além do próprio texto constitucional, como é possível observar no conteúdo do art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

O alargamento da noção de patrimônio abriu caminho para um processo de descentralização dos programas e projetos de preservação, nas demais esferas de poder que atuavam em parceria com as comunidades locais:

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Observa-se que a Constituição de 88 procurou incorporar, de modo sucinto, uma preocupação já existente entre órgãos nacionais e internacionais, que atuam na preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, as iniciativas para os centros históricos buscaram dar conta do processo de “metropolização” pelo qual passavam as cidades brasileiras. Assim, seria necessário compatibilizar esses espaços com as necessidades da população que neles residam ou deles se utilizem, integrando-os à “vida contemporânea”. (TELLES, 1984, p. 30).

A atenção ao desenvolvimento local, a atividade turística e a gestão do patrimônio estimulou iniciativas, como o seminário promovido pelo Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos,⁴ em 1986, em Salvador. Influenciado pelo clima e pelos ideais que fundamentaram a Constituição Federal de 1988, determinantes para o recém-estabelecido regime democrático, o Seminário se mostrou uma tentativa inicial de introduzir a lógica participativa à gestão dos centros históricos.

Entretanto, os conflitos de interesses, tanto entre técnicos e representantes da sociedade civil quanto os presentes no interior de cada grupo, suplantariam o objetivo principal do empreendimento. Mesmo com a criação de uma Comissão Paritária, os mecanismos participativos implementados deram, progressivamente, lugar a um discurso técnico afinado com as diretrizes políticas das administrações municipais e estaduais da época. (MAGNAVITA, 1988). A proposta de gestão para o centro histórico de Salvador se consolidaria na década seguinte, como um modelo de revitalização baseado na noção de *city marketing*.⁵

Outra iniciativa que cabe ser mencionada foi a elaboração da Carta de Petrópolis. Resultado do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos em 1987, o documento ressaltou a necessidade de participação e de compromisso dos moradores na salvaguarda dos sítios históricos urbanos.

Ao afirmar que todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social, a Carta de Petrópolis reconhece a convivência de expressões culturais como característica elementar do ambiente urbano. O sítio histórico urbano é, com isso, parte integrante de um contexto amplo, que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes, num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. (IPHAN, 1987, p. 1).

Sob esta perspectiva, é reiterado o entendimento das ações de preservação dos sítios históricos, como pressupostos ao planejamento urbano. E, por isso, tais iniciativas precisariam ser desenvolvidas, a partir da integração entre “órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania”. (IPHAN, 1987, p. 2).

Tendo o intuito de desenvolver uma gestão democrática da cidade, foi proposta a realização de inventários com a participação das comunidades. Aliado a mecanismos como tombamento, normas urbanísticas, isenções e incentivos, o inventário seria mais um instrumento capaz de auxiliar no conhecimento do acervo local, nos procedimentos de análise e de gestão patrimonial.

Durante a década de 1990, entretanto, as políticas de preservação do patrimônio passaram a utilizar estratégias de promoção e de *marketing*, visando ao desenvolvimento econômico e à atração de investimentos privados. Os centros históricos deixariam de refletir seus significados simbólicos, representativos para a população residente, para dar lugar à valorização da estética de fachadas e monumentos.

Os centros históricos possuiriam uma capacidade de manter a continuidade e o equilíbrio arquitetônico, apesar do crescimento inevitável nesses espaços. Tal condição refletiria o contexto urbano pós-industrial, caracterizado por uma perspectiva simplista do modernismo, ao romper com a linha de continuidade histórica. Nesse contexto, “as cidades não são mais consideradas um organismo em evolução e não mais são vistas como um acúmulo de eventos culturais e históricos que foram determinando a sua configuração e a sua identidade”. (CAMPELLO, 1994, p. 118).

Por esse motivo, o desafio das cidades contemporâneas seria ligar o novo ao antigo, retomando um processo de continuidade histórica. Seria preciso, ainda, conciliar o atendimento das demandas de uma sociedade industrializada e informatizada com as práticas de preservação da memória, de signos e de práticas representativas a cada um de seus habitantes.

Nos anos posteriores, as críticas ao modelo de recuperação urbana, adotada ao longo dos anos 1990, se somaram a preocupações com questões de ordem social, como geração de empregos e a conversão de estabelecimentos públicos em espaços para o atendimento social. Essa nova perspectiva crítica pode ser explicada pelo reconhecimento progressivo dos centros históricos brasileiros, como áreas que concentram, de um lado,

grande atratividade turística e cultural e, de outro, moradias e um amplo conjunto de atividades sociais e econômicas fundamentais para a população local.

Centros históricos em tempos de empresariamento urbano

Como demonstrado ao longo deste artigo, as ações e políticas para os centros históricos, implementadas desde 1960 no Brasil, contribuem para uma reflexão sobre os processos recentes de reestruturação do espaço urbano. Outro aspecto que merece destaque é o papel das administrações regionais, na fundamentação de políticas públicas para as cidades.

Tomando como referência os casos dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, David Harvey (2003) destacou a necessidade de investigar o processo urbano de reestruturação pelo qual passaram algumas cidades, que trouxe novas distribuições geográficas da atividade humana e dinâmicas político-econômicas. Tais mudanças teriam início em meados da década de 1970 e durante a década de 1980, com a incorporação de ações “iniciadoras” e “empreendedoras” pelos governos locais visando ao desenvolvimento econômico.

Essa postura empreendedora adotada pelas administrações locais tornaria-se um modelo adotado em diferentes realidades. As cidades passariam a competir entre si em busca de investimentos e financiamentos externos, através da exploração de vantagens específicas. Observa-se, com isso, que as ações de reestruturação e desenvolvimento urbano procurariam explorar o direcionamento dos investimentos em melhorias na qualidade de vida, na recuperação e valorização de áreas antes degradadas e criação de novas atrações de consumo e entretenimento – desde a construção de estádios esportivos, de centros de convenção até a valorização do patrimônio local.

A disputa entre lugares, para atrair benefícios e capitais, desponta como aspecto fundamental a contribuir à intensificação nas relações capitalistas, além de orientar as políticas públicas, a partir de uma perspectiva competitiva, das quais “pode ser destacado, pela capacidade de canalizar forças sociais e de propiciar um momento de produção da imagem que a cidade tem de si, o planejamento estratégico da cidade”. (LIMA JÚNIOR, 2003, p. 1).

Nesse momento, competitividade e produtividade tornam-se termos centrais na problemática urbana das cidades contemporâneas. No caso dos países latino-americanos, o modelo do planejamento estratégico adotado trata-se de uma ação combinada entre agências multilaterais e de consultores internacionais, principalmente catalães. (VAINER, 2009). O caso de Barcelona, por exemplo, tornou-se referencial na elaboração de projetos e planos estratégicos de outras cidades, como ocorreu no Rio de Janeiro, que chegou a receber assessoria de consultores catalães.

A influência da perspectiva catalã, contudo, manteve o processo decisório à competência de poucos, estabelecendo um discurso baseado no consenso entre toda a população, diante das questões urbanas. A parceria público-privada surge como instrumento para assegurar a presença dos interesses do mercado no processo de planejamento e de decisão.

É importante ressaltar ainda a ideia de consenso expressa nos planos estratégicos e nas políticas formuladas pelos governos locais, que parte da consciência de crise. Ou seja, da percepção comum entre os principais atores e a maioria dos cidadãos de uma situação urbana a ser superada – como, por exemplo, a degradação dos centros históricos e a congestão do centro moderno. Nesse sentido, a liderança urbana procurará investir na ideia de unidade, colocando-se acima “dos partidos e das paixões”. (VAINER, 2009). Ao adotarem características próximas àquelas encontradas nas lideranças empresariais, cria-se um novo perfil de governabilidade.

[...] a perspectiva crítica sobre o empreendedorismo urbano não revela apenas seus impactos negativos, mas também sua potencialidade para se transformar numa prática corporativa urbana progressista, dotada de um forte sentido geopolítico de como construir alianças e ligações pelo espaço, de modo a mitigar, quando não desafiar, a dinâmica hegemônica de acumulação capitalista, para dominar a geografia histórica da vida social. (HARVEY, 2003, p. 190).

E possível dizer que as municipalidades seguem na liderança do processo de elaboração, discussão e decisão nas políticas urbanas adotadas, além de ter papel fundamental no processo de atração de investimentos privados. Entretanto, ao adotarem novas estratégias de recapitalização nos centros históricos, em parceria com a iniciativa privada, passam a explorar

o simbolismo artístico existente para fins especulativos, o que contribui significativamente para o processo de gentrificação⁶ já em curso nestes locais.

Considerações finais

Como observado ao longo deste artigo, integrar os centros históricos ao ambiente urbano circunvizinho, configurado por intensas transformações urbanas, se mostra uma tarefa bastante complexa. É preciso que as administrações nacionais e locais reconheçam a necessidade de compreender as cidades como uma composição de espaços de conflito e de constante negociação entre diversos interesses.

Todavia, os processos de intervenção para os centros históricos ainda carecem de um planejamento que tenha como alvo a coletividade e a articulação dos diferentes grupos culturais, sociais e econômicos. Um dos efeitos imediatos de incorporar uma perspectiva participativa de gestão aos projetos de reabilitação está no reconhecimento da pluralidade de usos do espaço público. Os valores e as sociabilidades passariam a ser integralmente respeitados nesse processo e conteria a exploração turística intensiva dos centros históricos.

O maior desafio a ser enfrentado na atualidade parece ser colocar em prática um discurso ainda restrito às bases normativas e aos programas de governo. Uma vez aplicadas, tais ações poderão de fato garantir o lugar de seus habitantes, reconhecendo-os como agentes ativos no processo de construção e gestão de seu passado, presente e futuro.

Notas

¹ Criado em 1946, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1970.

² Criado em 1973, o programa foi posteriormente estendido a todo o País, recebendo o nome de Programa Cidades Históricas.

³ Estes documentos, também denominados pelo Iphan cartas patrimoniais, trazem conceitos e diretrizes que visam à conservação, manutenção e promoção da preservação do patrimônio cultural e natural. Em comum, tais recomendações objetivam encontrar um consenso sobre definições e práticas de gestão do patrimônio. (SALCEDO, 2007, p. 26).

⁴ O Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos foi uma iniciativa federal que procurou, a partir da cooperação técnica celebrada entre o Ministério da Cultura e o Ministério do

Desenvolvimento Urbano, implementar modelos de gestão participativa do patrimônio artístico e cultural em prefeituras, como em Olinda e Salvador, e governos estaduais.

⁵ A expressão *city marketing* constitui-se na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão. Corresponde à promoção de uma cidade, afetando seus habitantes e atraindo eventuais investidores, na busca de se construir uma nova imagem.

⁶ O termo tem origem na palavra inglesa *gentry* (que significa pequena nobreza, elite) e se refere diretamente ao processo de substituição da população mais pobre pela de população de alta renda, que ocorre em determinadas regiões da cidade. (Fonte: Fórum Centro Vivo, Dossiê de Denúncia: Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo, 2006).

Referências

- AZEVEDO, Paulo. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 237-256, jan./abr. 2016.
- BAPTISTA, Luís Vicente; PUJADAS, Joan Josep. Confronto e entre posição: os efeitos da metropolização na vida das cidades. *Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 3/4, p. 293-308, 2000.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 maio 2016.
- CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. *Revista do IPHAN*, Brasília: IPHAN, n. 23, p. 117-125, 1994.
- CARRIÓN, Fernando. El centro histórico como proyecto y objeto de deseo. *Revista eure*, Santiago de Chile: Chile, v. XXXI, n. 93, p. 89-100, ago. 2005.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. da Unesp, 2006.
- CORREA, Sandra; FARIA, Rodrigo. O plano de cidades históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). *RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, IAU-USP: São Paulo, n. 14, p. 20-27, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco>>. Acesso em: 18 mar. 2017.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.
- FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização*. Celta: Oeiras, 1997.
- HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a formação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 163-190.
- IPHAN. Carta de Petrópolis, 1987. 2p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2016.
- LEAL, Claudia (Org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2008.
- _____. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 99-136, jan./abr. 2016.
- LIMA JUNIOR, Pedro Novais. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.
- MAGNAVITA, Pasqualino. Centro histórico de Salvador: participação e paridade (Relato de uma experiência). *Revista RUA – de Urbanismo e Arquitetura*, v. 1, n. 1, p. 73-93, 1988.
- PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. In: *Seminário: a cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Portugal, junho de 2003, p. 211-226. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PEREIRA, Paulo. Patrimônio: jogo de identidades. In: BRITO, Lúcia Gonçalves (Coord.). *Gestão urbana: passado, presente e futuro*. Parque Expo 98 SA – Unidade de Gestão Urbana: Lisboa, Julho, 2002. p. 34-48.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. *A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco e Ouro Preto*. São Paulo: EdUnesp, 2007.

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração: a norma da preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura) – UFBA, 2004.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Saede, v. 18, p. 27-41, 2004.

TELLES, Augusto C. da Silva. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. *Revista do IPHAN*, Brasília: IPHAN, n. 19, p. 29-32, 1984.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 75-103.